



A centralidade de Alcântara e a história urbana de São Gonçalo-RJ: A atuação dos agentes sociais na consolidação de um núcleo urbano e na transformação de um espaço público

Autores:

Jefferson Tomaz de Araújo - UFF - jeffersontomaz@id.uff.br

Resumo:

O artigo aponta determinados processos da história urbana de São Gonçalo para o entendimento da consolidação do núcleo urbano de Alcântara e seu destaque regional na evolução urbana da cidade. Ademais, o trabalho analisa o papel das ideologias capitalistas e a atuação dos agentes sociais nas transformações da cidade e do urbano no espaço-tempo de São Gonçalo. Neste sentido, percebe-se que na cidade contemporânea os lugares urbanos tradicionais de sociabilidade são substituídos por outros ainda não devidamente definidos em termos funcionais e formais. Diante da lógica contemporânea de obsolescência e desativação de usos, a praça Carlos Gianelli sofreu nesta década um processo de desafetação e transformação de uso em benefício da instalação de um shopping center. O artigo, portanto, expõe o papel de grande visibilidade exercido pela praça naquele núcleo e ilustra sinteticamente sua arbitrária reconfiguração espacial como fruto das disputas ideológicas entre os sujeitos.

A CENTRALIDADE DE ALCÂNTARA E A HISTÓRIA URBANA DE SÃO GONÇALO-RJ:

A atuação dos agentes sociais na consolidação de um núcleo urbano e na transformação de um espaço público

INTRODUÇÃO

As relações do homem no espaço e o registro desses processos se constituem como parte da história do lugar. As cidades, por sua vez, podem ser tratadas como resultado de diversas práticas em constante mutação no espaço e no tempo. Segundo Carlos Nelson F. dos Santos (1984), “uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas”. Nessa esfera, a história urbana das cidades se revela como um dos produtos do enfrentamento do espaço e do tempo à luz das ações sociais (SANTOS, 1984, p.59).

Apesar de não devidamente fomentada pelo poder público e ainda pouco explorada - em comparação à cidade do Rio de Janeiro - por uma vasta gama de pesquisadores e estudiosos, a história urbana de São Gonçalo se apresenta com grande riqueza nos diversos processos de transformação da cidade e seus desdobramentos nos campos sociais, espaciais, políticos e econômicos na contemporaneidade.

As opiniões divergentes de alguns autores em determinados fatos específicos da formação territorial do município e o papel dos agentes sociais na conformação da estrutura urbana emergem neste cenário e, portanto, instigam novos estudos de investigação científica. Contudo, a escassez de fontes documentais, cartográficas e iconográficas da cidade e a divulgação incipiente das produções acadêmicas se apresentam, em determinados momentos, como entrave para novos avanços científicos quando se almeja atingir certas especificidades historiográficas para a devida (re)construção da memória urbana da cidade.

Visto a complexidade que envolve a investigação da história urbana de São Gonçalo, este artigo aqui apresentado, contudo, não tem como objetivo esgotar a historiografia urbana da cidade. Por outro lado, lança mão de alguns fatos e processos descritos por pesquisadores conceituados da história de São Gonçalo - tais como Braga (1998), Silva e Molina (1995, 1996, 1998) e Palmier (1940) - como parte do processo de compreensão da consolidação do núcleo urbano de Alcântara e sua importância na escala regional.

Desse modo, o trabalho investigou documentos cartográficos de fontes diversas que se apresentam como itens essenciais à apreensão dessa centralidade na evolução urbana de São Gonçalo. Ademais, nesse processo se almejou desnudar o papel exercido pela antiga praça Carlos Gianelli enquanto centralidade do núcleo urbano de Alcântara e a sua arbitrária reconfiguração espacial sofrida na contemporaneidade.

Em um contexto de obsolescência programada e desativação de usos, a praça Carlos Gianelli sofreu nesta década um processo de desafetação e transformação de uso pelo Estado em benefício da instalação de um *shopping center*, o Shopping Pátio Alcântara, pela iniciativa privada. De acordo com Bernardo Secchi (2006), no cenário das práticas contemporâneas, os lugares urbanos tradicionais enquanto lócus da sociabilidade são substituídos por outros ainda não devidamente definidos em termos funcionais e formais (SECCHI, 2006, p.102).



Figura 01: Shopping Pátio Alcântara obstruindo acessos, fluxos e visadas à igreja na área da antiga praça Carlos Gianelli
Fonte: <<http://www.dominus.com.br/shopping-ptio-alcntara>>, 2015

A subtração da praça, no entanto, não se caracteriza apenas como uma medida pontual alheia à conjuntura da cidade naquele momento. A atuação dos agentes vinculados àquele feito pode ser observada como um dos desdobramentos dos processos históricos e dinâmicas urbanas contemporâneas da cidade de São Gonçalo. Dessa maneira, “a obsolescência e a desativação pertencem à história da cidade, seja como fenômeno contínuo de substituição, seja como abandono repentino que inesperadamente muda a geografia urbana” (SECCHI, 2006, p.105).

Portanto, para a compreensão mais apropriada do fato da subtração da praça e, por sua vez, daquela transformação de uso no centro urbano de Alcântara fez-se necessário apreender a conjuntura global na qual a cidade se encontrava imersa em uma escala mais abrangente. Conforme Lepetit (2001, p.58-74) observa, a cidade deve ser compreendida por meio de suas múltiplas dimensões e questões parciais, pois esta não é capaz de ter seus inúmeros aspectos abordados em totalidade. Dessa maneira, segundo o autor, os fenômenos urbanos devem ser compreendidos em sua complexidade, mas tendo em vista que “a natureza dos fenômenos, as relações de causalidade e os métodos de observação variam segundo a dimensão temporal e espacial dos objetos considerados” (LEPETIT, 2001, p.218).

Em linhas gerais, o artigo segue estruturado em três partes com as suas devidas ramificações em subtítulos, além de introdução e considerações finais. A primeira parte, “Os

agentes sociais, a produção do espaço e a expressão do poder: uma breve conceituação”, promove uma breve discussão teórica para a construção de aportes conceituais a partir das ideias de Bernardo Secchi, David Harvey, Maurício Abreu e Roberto Lobato Corrêa no intuito de clarificar as dinâmicas envolvidas entre os sujeitos e a disputa pela (re)produção do espaço essenciais à compreensão da problemática da cidade de São Gonçalo.

Por sua vez, a segunda parte, “São Gonçalo e sua história urbana: notas acerca da consolidação da centralidade de Alcântara”, traz ao debate alguns apontamentos dos processos históricos que condicionaram a evolução urbana de São Gonçalo e a consolidação do núcleo urbano do bairro Alcântara como importante centralidade na escala regional. E, desse modo, elucida questões referentes à atuação dos agentes na produção do espaço e seus desdobramentos nas dinâmicas contemporâneas da cidade.

Dessa forma, a terceira parte, “Passado e presente: transformação de usos no centro de Alcântara”, pontua o papel desempenhado pela praça Carlos Gianelli no processo de consolidação espacial e simbólica daquela centralidade e ainda, desnuda as relações entre as dinâmicas capitalistas contemporâneas e a transformação de usos daquele espaço nesta década.

A partir de pesquisa de mestrado cujo trabalho empírico encontra-se em curso, este artigo, portanto, apresenta e discute um panorama da produção e gestão do espaço urbano no município de São Gonçalo - enquanto etapa inicial das investigações de mestrado. Tal qual, pretende tornar público ao debate acadêmico os entraves sociopolíticos e os desafios a serem enfrentados pela sociedade em prol da valorização dos aspectos culturais dos lugares urbanos e da qualificação dos espaços públicos arraigados na memória urbana da cidade.

OS AGENTES SOCIAIS, A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A EXPRESSÃO DO PODER: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO

Para se discutir a produção do espaço urbano é necessário compreender as nuances que envolvem o estudo dos termos cidade e urbano e a sua indissociabilidade. Milton Santos pontua uma distinção perceptível entre esses termos, referindo-se à cidade como o particular, o concreto, o interno. Enquanto “o urbano é frequentemente o geral, o abstrato, o interno” (SANTOS, 1994, p.69). A definição proposta por Santos pode ser facilmente articulada com a de Henri Léfèbvre. Para o autor, a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (LEFEBVRE, 1972, p.65), já o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (LEFEBVRE, 1986, p.159).

Apesar dos autores possibilitarem discussões claramente mais extensas e aprofundadas na conceituação desses termos, aqui será adotada uma definição mais sintética. Em linhas gerais, pode-se compreender a cidade como a espacialização física daquela trama social no espaço e no tempo, e o urbano, por sua vez, como o campo abstrato das manifestações simbólicas e subjetivas inerentes ao espaço apropriado por uma organização social dotada de identidade cultural (LEFEBVRE, 1972; 1986; SANTOS, 1994).

A produção do espaço, a estrutura urbana e as camadas de estratificação social são reflexos de períodos distintos pelos quais as cidades atravessaram ao longo do seu processo evolutivo e da consolidação abstrata do urbano. As formas urbanas possuem expressões estética e funcional, de modo que sua funcionalidade é determinada pelo período atual de organização da sociedade. Essas formas, todavia, são passíveis de exercer funções bem distintas das quais foram pensadas em sua concepção, “podendo inclusive desaparecer, se assim determinar a dinâmica de organização social” (ABREU, 2006, p.30-1).

Na visão de Corrêa (2011), a produção do espaço:

[...] é a consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p.43).

O autor complementa afirmando que a ação dos referidos agentes - compreendidos como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos - impregnam ao espaço materialidades e significados diversos (CORRÊA, 1993; 2011).

Nesse sentido, o papel dos agentes sociais na construção do espaço é regido por constantes disputas pelo poder e, consecutivamente, pela expressão deste exercido pelo grupo dominante, imprimindo suas ideologias nas estruturas espacial e simbólica da cidade. Sendo assim, a estrutura urbana “refletirá também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade” (ABREU, 2006, p.31).

Diante disso, Abreu (2006, p.73) define o papel do Estado como o agente responsável por regular, controlar ou proibir as iniciativas de intervenção direta da esfera privada que se caracterizem em detrimento dos princípios de democratização do espaço. Contudo, o que pode ser observado no processo de consolidação da cidade capitalista brasileira é a atuação do Estado se alinhando aos interesses privados dos grupos dominantes e contribuindo à estratificação social na conformação do espaço urbano (ABREU, 2006).

Para Corrêa (2011) o Estado se constitui como um palco onde distintos interesses e conflitos se enfrentam, principalmente, em função dos múltiplos papéis e possibilidades de ação que são inerentes àquele na constituição do espaço capitalista. A multiplicidade de papéis do Estado deve conferir a equidade na produção e gestão do espaço em suas diferentes escalas de atuação do poder público, especialmente no que se refere à regulação e taxação de uso do solo urbano, investimentos em infraestrutura e serviços urbanos e intervenção estatal em assistência aos agentes menos favorecidos (CORRÊA, 2011, p.45). Entretanto, na economia capitalista a disputa pelo solo urbano e suas múltiplas funções o caracterizam como mercadoria e fonte de acumulação e reprodução do capital.

Diante do processo de evolução do capitalismo e seus desdobramentos na produção do espaço, pode-se notar que “a cidade se torna cada vez mais o lugar da diferença, acervo de minorias culturais, religiosas, linguísticas, étnicas, de níveis de renda, de estilos de vida [...]” (SECCHI, 2006, p.89). Neste âmbito, a produção do espaço sob a lógica do capital traduz

as cidades a partir de uma visão homogeneizadora, de maneira que as práticas de mercado se sobrepõem aos lugares urbanos e sua identidade. Essas práticas, portanto, desnudam as cicatrizes impressas na identidade do lugar, assim como tendem a ofuscar a memória urbana das cidades. Dessa forma, como afirmara Carlos Nelson, “a falta de afetividade pelos lugares e pelo que representam é um caminho reto para a pobreza cultural” (SANTOS, 1984, p.61).

Na contemporaneidade a ideologia capitalista é responsável pela reconfiguração e ressignificação dos espaços na vida urbana. Conforme pontuado por Secchi (2006, p.91-3), a cidade contemporânea detém grande instabilidade e se mantém por meio da obsolescência e desativação de áreas e edificações consideradas obsoletas, de modo que novas centralidades e espaços de sociabilidade emergem em função da desterritorialização daqueles a partir da expansão territorial capitalista.

[...] a cidade contemporânea é lugar de contínua e tendencial destruição de valores posicionais, [...] de destruição de consolidados sistemas de valores simbólicos e monetários, de contínua formação de novos itinerários privilegiados, de novos lugares de comércio, de lazer, da comunicação e de interação social, de uma nova geografia de centralidades, de novos sistemas de intolerância, de compatibilidade e incompatibilidade (SECCHI, 2006, p.93).

Nesse aspecto, Harvey (1996) estuda as relações entre a economia capitalista e a produção do espaço, refletindo dessa forma, sobre as alterações paradigmáticas da atuação do Estado na gestão das cidades no período neoliberal. Segundo o autor, a partir da década de 1970 surge uma mudança no papel do Estado na gestão urbana, na qual a sua atuação se expande às práticas dos negócios urbanos e do entendimento da cidade como uma mercadoria, se caracterizando assim, como um agente interlocutor ao *empresariamento urbano* (HARVEY, 1996). Muitas dessas práticas neoliberais instigam ainda mais as disputas entre os agentes pelo espaço, condicionam novas formas de desenvolvimento da sociedade, acentuam as disparidades socioespaciais e engendram novos significados aos lugares urbanos da cidade capitalista.

Desse modo, os estudos de Harvey (1996) elucidam o cenário dessas práticas capitalistas à luz da transformação do papel tradicional do Estado tratado por Abreu (2006) e Corrêa (2011) na produção e gestão do espaço. Esse cenário, portanto, põe em cheque o real significado contemporâneo dos valores culturais e identitários dos lugares urbanos sob a ótica da evolução do capitalismo.

SÃO GONÇALO¹ E SUA HISTÓRIA URBANA: NOTAS ACERCA DA CONSOLIDAÇÃO DA CENTRALIDADE DE ALCÂNTARA

¹ O município de São Gonçalo se localiza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e tem como limites físicos os municípios de Itaboraí, Maricá e Niterói. Contudo, apresenta relação mais expressiva de fluxos de pessoas, bens e serviços entre Itaboraí, Niterói e Rio de Janeiro. São Gonçalo é seccionado pelas rodovias BR-101, RJ-104 - antiga Rodovia Amaral

A exploração europeia e o início da formação de centralidades territoriais²

O processo inicial de ocupação e exploração europeia das terras hoje pertencentes a São Gonçalo foi fortemente influenciado pela geomorfologia da região. Os cursos hídricos desempenharam papel determinante no processo de dominação do novo território. Independente das divergências entre alguns autores³ a respeito da localização exata do início da ocupação pode-se mencionar que ambos os rios “Vanxindiba” - atual rio Guaxindiba - e “Suassunhão” - atual rio Imboassu - tiveram importante papel na consolidação da exploração europeia nas futuras terras gonçalenses no leste da Baía de Guanabara (Figura 02).

A importância dos cursos hídricos nesse processo de conquista e dominação territorial é ressaltada pela representação cartográfica da Carta do Rio de Janeiro elaborada por Luiz Teixeira em 1586, na qual os corpos hídricos tem grande destaque representativo ao redor de toda a Baía de Guanabara com fins à futura penetração e exploração do território. Outro aspecto importante a ser mencionado é a ausência da representação dos povoados dos índios tamoios que já habitavam boa parte daquele território (SILVA; MOLINA, 1995, p.29), além da expressão “aqui ha pao vermelho!”, configurando aquelas terras como um espaço socialmente ermo e propício à exploração de pau-brasil, tendo seu escoamento facilitado pelos rios Guaxindiba e Imboassu (Figura 02).

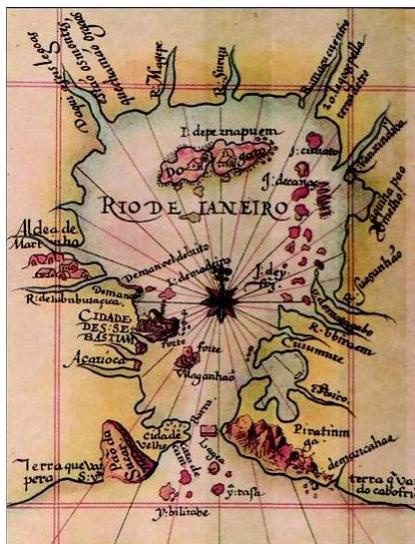


Figura 02: Carta do Rio de Janeiro de 1586 elaborada por Luiz Teixeira. Localização de São Gonçalo e seus cursos hídricos estratégicos no canto superior direito

Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1586

Peixoto - e RJ-106, as quais fazem ligações diretas entre os municípios adjacentes mencionados e, por sua vez, ao Rio de Janeiro. Segundo Abreu (2006, p.18), São Gonçalo se enquadra na categoria de município periférico da RMRJ, o que revela uma grande dependência funcional - em diversos aspectos - da metrópole, o Rio de Janeiro, e também da cidade de Niterói.

² São Gonçalo apresenta na atualidade três grandes centralidades consolidadas ao longo dos séculos por seus devidos desempenhos no processo de formação territorial do município: (i) o próprio Centro pela sua importância na concentração de equipamentos e serviços de cunho político-administrativo desde outrora até então; (ii) o bairro Neves especialmente por ter sido o maior polo de concentração industrial e desenvolvimento econômico no período pujante deste setor na economia da cidade; e (iii) o bairro Alcântara pelo seu destaque como centralidade política, núcleo estratégico ao escoamento das produções agrícola e industrial e polo de estações ferroviárias e bondes essenciais ao intercâmbio de bens e pessoas entre a localidade, a região central do município e as cidades de Niterói e Rio de Janeiro (nota do autor).

³ Ver Braga (1998, p.33-9).

Saint-Adolphe (1845) menciona as características geomorfológicas dos rios Guaxindiba e Alcântara favoráveis à navegabilidade e à exploração do interior do território. Neste contexto, faz-se importante mencionar que em muitos documentos cartográficos dos dois primeiros séculos de colonização portuguesa, o atual rio Alcântara⁴ - que percorre o atual bairro de Alcântara - era denominado como Guaxindiba.

Alcântara: rio da província do Rio de Janeiro, que em sua nascente na Serra de Piba-Pequena não é mais que um ribeiro, porém, depois de ter atravessado a Estrada Real ao norte de São Gonçalves [São Gonçalo] e de ter engrossado com o cabedal de vários ribeiros, se torna profundo, largo e navegável na distância de uma légua em linha reta, e de perto de quatro, se se contam todas as suas voltas. Neste curso, juntam-se-lhe outros ribeiros, e tem pequenos portos, sendo o mais considerável o Guaxindiba. Estes portos se enchem com a maré montante e então é que as barcas podem sair e entrar por espaço de uma hora ou de duas conforme a maior ou menor distância em que se acham do mar. **A embocadura do Alcântara, que também se chama Guaxindiba, é situada entre a do Macucu e o Morro de Itaúna** (SAINT-ADOLPHE, 1845, v.1, p.26, grifo nosso).

Os confrontos de diversas naturezas entre nativos, jesuítas e europeus acentuaram a crise do sistema de capitânicas hereditárias, engendrando assim, um novo processo de ocupação baseado na repartição de sesmarias doadas a pessoas influentes na política do Rio de Janeiro. Contudo, os primeiros sesmeiros que tiveram concessão de terras no atual território de São Gonçalo não ocuparam suas terras. O processo de ocupação da região apenas foi iniciado a partir de 1579 com Gonçalo Gonçalves, o Velho. (FERNANDES, 2012, p.28; SILVA e MOLINA, 1995, p.61). De acordo com o croqui de Salvador Mata e Silva e Evadyr Molina pode-se observar a delimitação da sesmaria de Gonçalo Gonçalves compreendendo boa parte do que é atualmente o Centro da cidade de São Gonçalo (Figura 03).

⁴ Os rios Alcântara e Guaxindiba pertencem a Bacia do Rio Alcântara. O primeiro, é afluente do Guaxindiba, sendo este por sua vez, o rio que desemboca as águas do interior de São Gonçalo diretamente na Baía de Guanabara. O Rio Alcântara, contudo, é um dos afluentes mais importantes da Bacia Hidrográfica homônima e, em termos de extensão geográfica, apenas um pouco menor que o rio Guaxindiba. Essa Bacia, por sua vez, é responsável por drenar uma área de aproximadamente 130 km² de São Gonçalo - suas principais sub-bacias são as do rio Guaxindiba e do rio Goiana - e tem como contribuintes principais os rios Pendotiba, Muriqui, Camarão, Guaxindiba, Monjolo, Goiana e o de maior porte em volume de águas, o rio Alcântara (SÃO GONÇALO, 2006).



Figura 03: Repartição das sesmarias na região de São Gonçalo no período de 1568-1579
 Fonte: (SILVA; MOLINA, 1995, p.60)

A partir da delimitação e ocupação das sesmarias, as primeiras atividades monocultoras em grandes latifúndios condicionaram sua evolução urbana. No século XVII muitas fazendas e engenhos com centenas de escravos africanos foram responsáveis pela ascensão da economia açucareira em São Gonçalo, adquirindo grande destaque na produção regional (SILVA; MOLINA, 1996, p.123). Nessa perspectiva, com o processo de ocupação do interior da região - denominado “sertão” - orientado pelas margens dos rios e outros canais navegáveis houve uma paulatina consolidação de novas centralidades territoriais (Figura 04).

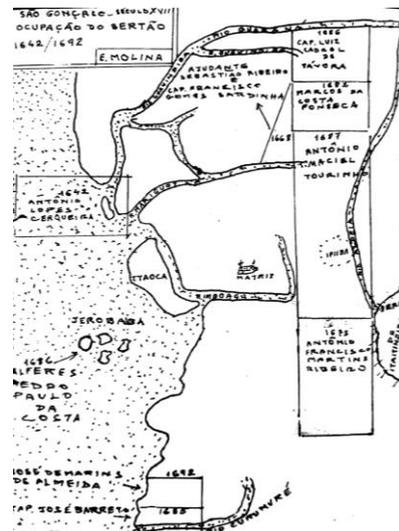


Figura 04: Sesmarias para a ocupação do “sertão” da região de São Gonçalo
 Fonte: (SILVA; MOLINA, 1996, p.34)

Já elevada à categoria de freguesia em meados do século XVII, a paisagem de São Gonçalo começa a ser composta por uma nova dinâmica de agentes e relações sociais no espaço. Conforme apontado por Palmier (1940, p.17), “as freguesias marcam a segunda etapa do avanço das colunas civilizadoras, que prosseguem com os séculos na estratificação

No final do século XVIII, a consolidação das localidades São Pedro de Alcântara e a outra compreendida pela Capela da Matriz de São Gonçalo do Amarante - atual Centro da cidade - se deu principalmente pela implantação da primeira grande estrada regional, a Estrada Geral. Conforme pontuam Silva e Molina (1998, p.146-7), a estrada possibilitou a conexão direta entre as áreas das atuais cidades de Niterói e Itaboraí, de modo que esta via interligou diversas localidades importantes da freguesia de São Gonçalo e demais caminhos secundários da região (Figura 08).

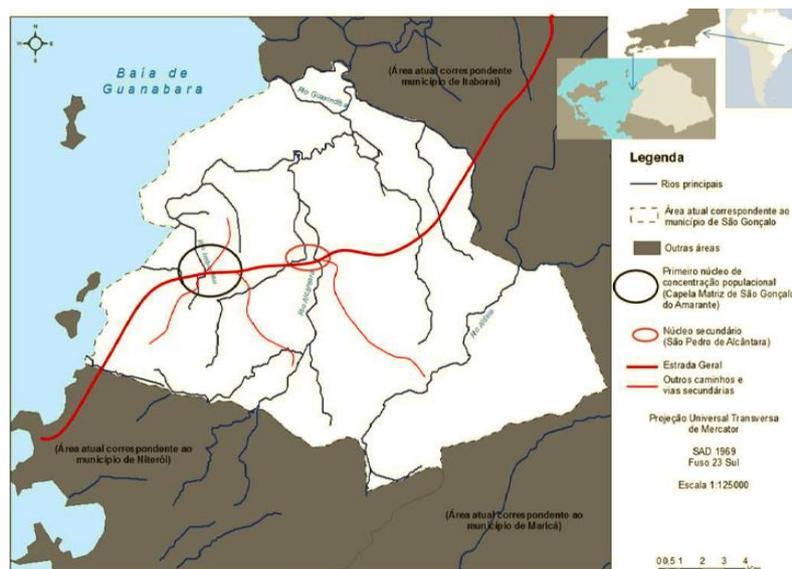


Figura 08: O traçado da Estrada Geral e as duas centralidades de destaque da freguesia nos fins do século XVIII. A elaboração da cartografia de Gonçalves (2012) teve como base as informações extraídas de Silva e Molina (1998)
Fonte: (GONÇALVES, 2012, p.100)

O pós-independência e seus desdobramentos no cenário gonçalense

A primeira metade do século XIX reservou grandes transformações político-administrativas, econômicas e espaciais na província. A chegada da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e a tardia declaração de independência política do país engendraram um século conturbado especialmente nos aspectos político-administrativos de certas freguesias⁷.

No ano de 1819 foi criada a Vila Real de Praia Grande - atual cidade de Niterói - e São Gonçalo, por sua vez, perdeu seu título de freguesia e tornou-se um distrito desta Vila (BRAGA, 1998, p.48). Após a independência do Brasil, a Vila Real de Praia Grande foi elevada à categoria de capital da Província do Rio de Janeiro - com o nome de Nichteroy -, e a partir disso, houve a necessidade de expandir o crescimento da província com a execução de grandes obras de infraestrutura no lado oriental da Baía de Guanabara.

Entretanto, a nova era de destaque econômico de São Gonçalo ocorreu somente a partir da segunda metade do século XIX por meio da expressiva produção de café e açúcar, proporcionando assim, a prosperidade econômica do distrito na província. Dessa maneira, o

⁷ Para informações mais detalhas a respeito do quadro político de São Gonçalo neste contexto, ver Braga (1998, p.48-55).

vertiginoso aumento populacional e a crescente demanda por bens de consumo concederam a São Gonçalo o destaque como localidade fornecedora de gêneros alimentícios para diversas localidades da província do Rio de Janeiro.

As obras de infraestrutura no lado oriental da Baía de Guanabara tiveram seu auge com a inauguração da Estrada de Ferro *The Leopoldina Railway* por Dom Pedro II em 1870⁸. Braga (1998, p.50) pontua que sua implantação intensificou as atividades comerciais entre São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, facilitando principalmente o escoamento da produção cafeeira do interior da província ao porto de Niterói. A linha férrea tinha suas ligações do sertão de Itambi em Itaboraí ao Porto de Niterói - atravessando toda a extensão de São Gonçalo de forma linear -, e suas estações mais importantes se localizavam no centro do distrito e em Alcântara. Posteriormente, a implantação da Estrada de Ferro Maricá - mais tarde denominada Estrada de Ferro Central do Brasil - atendeu a necessidade de conexão entre São Gonçalo, Niterói e a região litorânea, de Maricá a Cabo Frio. Do mesmo modo que a Estrada de Ferro Leopoldina, a Estrada de Ferro Maricá contou com uma estação para atender à demanda de escoamento de mercadorias da localidade de Alcântara⁹ (Figuras 09 e 10).

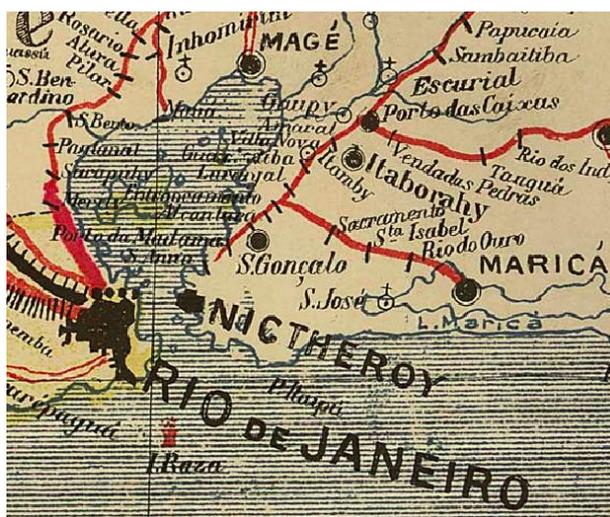


Figura 09: Fragmento do Mapa Geral das Estradas de Ferro dos Estados Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais de 1899
Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1899¹⁰

No que se refere às questões político-administrativas, São Gonçalo sofreu um processo conturbado na última década do século XIX. De acordo com Braga (1998, p.50-2) o distrito foi desmembrado do território de Niterói em 1890, sendo elevado à categoria de Vila. Mais tarde, foi elevado à categoria de município, embora tenha perdido sua autonomia administrativa e territórios para Niterói ao longo dos diversos processos¹¹. Apesar disso, o final do século XIX consolidou São Gonçalo como um dos municípios em maior

⁸ A Estrada de Ferro Leopoldina foi também denominada como Estrada de Ferro Cantagalo em alguns documentos (nota do autor).

⁹ A Estação Alcântara da Estrada de Ferro Maricá foi posteriormente renomeada como Estação Raul Veiga, nome do bairro homônimo e adjacente à Alcântara (nota do autor).

¹⁰ Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530291/cart530291.jpg> Acesso em: 11 jul. 2018.

¹¹ Para informações mais detalhas, ver Braga (1998, p.51-2).

desenvolvimento no Brasil, impulsionando-o assim, ao seu expressivo crescimento urbano concomitante ao processo de industrialização no século seguinte.



Figura 10: Estação da Estrada de Ferro Leopoldina em Alcântara
Fonte: Autor desconhecido - Acervo MEMOR, sem data

A crise agrícola, a ascensão industrial e a organização do espaço urbano

Ainda no auge da produção agrícola das terras gonçalenses a necessidade de conexão e intercâmbio comercial entre as localidades da província era uma demanda crescente. Em paralelo a construção das ferrovias, a construção de ramais de bondes se apresentou como uma alternativa ao melhoramento da logística regional. Em proximidade ao início do século XX, a construção do ramal de bondes conectando Alcântara a Neves foi fator determinante ao desenvolvimento da incipiente estética urbana de São Gonçalo (Figura 11).



Figura 11: Fragmento da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro de 1920-1922 com a delimitação dos traçados das ferrovias e linha de bondes ao longo do território de São Gonçalo
Fonte: Arquivo Nacional/Biblioteca Nacional, 1922¹²

Nessa esfera, o uruguaio Carlos Gianelli foi a figura responsável pela idealização do bonde a vapor em São Gonçalo e dessa forma, os irmãos Leopoldo e Carlos Gianelli¹³ criaram

¹² Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart522717/cart522717.html> Acesso em: 12 jul. 2018.

¹³ De acordo com Luiz Palmier (1940, p.199), os irmãos Gianelli eram uruguaio de descendência italiana e proprietários das Fazendas Guaxindiba e Bom Retiro nos arrabaldes da localidade de Alcântara. Além de proprietários das referidas fazendas e da empresa *Tramway Rural Fluminense*, foram os responsáveis pela criação do Moinho Fluminense em 1887 na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro - na área do atual bairro da Saúde - para a produção e exportação de trigo.

a empresa *Tramway Rural Fluminense*, a qual obteve a concessão pelo poder público para a instalação do ramal de bondes que conectava Alcântara a Neves (BRAGA, 1998, p.130-1). Deste modo, o ponto final do ramal de bondes em Alcântara contribuiu à afirmação daquele espaço como um núcleo fomentador ao desenvolvimento da localidade, admitindo características de um futuro largo conforme Braga (1940, p.131) o denominara (Figura 12).



Figura 12: Bonde da *Tramway Rural Fluminense* em Alcântara
Fonte: Autor desconhecido - Acervo AMAJAC, sem data

Durante a primeira metade do século XX - já elevada à condição de Cidade - os bondes foram peças-chave no desenvolvimento urbano gonçalense. A facilidade no intercâmbio de mercadorias e pessoas entre os núcleos mais populosos da cidade - Alcântara, Centro e Neves - contribuiu a sua ascensão econômica.

“O progresso de vasta zona de São Gonçalo, e, principalmente, a valorização das suas terras [especialmente em Alcântara] dependeu, durante muito tempo, desse notável melhoramento, o bondinho a vapor, de Neves ao Alcântara, com o desenvolvimento de doze quilômetros” (PALMIER, 1940, p.199).

Neste contexto, também cabe ressaltar a importância desempenhada pelo rio Alcântara na consolidação do intercâmbio de atividades econômicas pelo porto seco localizado em suas margens. Conforme afirmado por Luiz Palmier (1940), as atividades comerciais dos produtos agrícolas de São Gonçalo eram latentes nos denominados portos secos. Essas instalações eram preferencialmente localizadas nos arrabaldes de estações ferroviárias, pontos finais dos ramais de bondes e praças próximas às propriedades agrícolas. Dentre essas, o porto de Alcântara próximo ao ramal de bondes instalado no antigo Largo do Alcântara era um dos mais movimentados, fato que contribuiu à consolidação do bairro como um núcleo comercial e importante centralidade no desenvolvimento urbano gonçalense (PALMIER, 1940, p.125).

Com isso, o processo de consolidação da localidade de Alcântara como um núcleo urbano é enfatizado a partir da instalação das duas estações ferroviárias e a estação final do ramal de bondes da *Tramway Rural Fluminense*. A partir dos estudos de Braga (1998), pode-

das glebas das antigas fazendas a partir da década de 1940, porém com atividade mais expressiva a partir da década posterior (BRAGA, 1998, p.123; ROSA, 2017, p.278).

Os grandes latifúndios situados majoritariamente nas franjas da centralidade do distrito de Alcântara foram os pioneiros a expandir as fronteiras loteadoras no processo de acumulação capitalista industrial¹⁴. Aquelas fazendas, principais produtoras de frutas cítricas do município, começaram a ceder espaço aos novos loteamentos na antiga zona rural de São Gonçalo e desempenharam seu papel de acumulação de renda aos proprietários fundiários.

Nesse aspecto, a centralidade exercida por Alcântara, seus serviços urbanos, localização estratégica e demais amenidades foram responsáveis pela atratividade ao capital e, consecutivamente, pelo sucesso de venda de muitos loteamentos. O processo de formação de muitos bairros hoje polarizados a Alcântara foi, portanto, responsável por diversas características socioespaciais comuns aos mesmos e pela relação de dependência aos serviços urbanos de Alcântara desde então até os dias atuais.

Por sua vez, na efervescência do rodoviarismo da segunda metade do século XX a Ponte Rio-Niterói foi inaugurada em 1974, e logo na década seguinte, o trecho Niterói-Manilha da rodovia BR-101. Esses feitos aliados à fusão do antigo estado da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro contribuíram para a migração dos investimentos do capital industrial a outros municípios do interior do estado. Dessa forma, o paulatino esvaziamento industrial de São Gonçalo engendrou a necessidade de sua reorganização econômica especialmente a partir da década de 1980 (ARAÚJO; MELO, 2014, p.81-3).

Contudo, “a cidade, por muito tempo, não representou para o capital a atratividade que sustentasse grandes investimentos em função do perfil da população cotejada por forte pobreza urbana” (SANTOS et al., 2014, p.05). Assim sendo, a ausência dessa atratividade condicionou São Gonçalo à vertiginosa demanda pelo setor de comércio e serviços a fim da reestruturação de sua economia, desenvolvendo-se principalmente em Alcântara, uma expressiva característica do bairro até os dias atuais.

Nesse âmbito, o forte destaque político e econômico de Alcântara impulsionou a sua tentativa de emancipação do município de São Gonçalo na década de 1980. O movimento liderado por alguns comerciantes e políticos locais almejava a criação de um novo município no qual o referido bairro seria a sede. As tentativas iniciais fracassaram e retornaram na década seguinte, contudo, sem sucesso (BRAGA, 1998, p.153-4). Desse modo, Alcântara se configura atualmente - aliado de forma complementar ao Centro da cidade - como um dos maiores polos comerciais de São Gonçalo. O bairro, entretanto, imerso em um cenário de negligência governamental carece de investimentos em infraestrutura e políticas públicas adequadas à devida gestão e requalificação do espaço.

¹⁴ Diversos bairros adjacentes e/ou polarizados ao atual bairro Alcântara são oriundos do processo de loteamento das antigas fazendas produtoras de gêneros agrícolas, em especial as frutas cítricas que eram amplamente exportadas para a Argentina e alguns países da Europa. Alguns destes bairros são Bom Retiro, Coelho, Colubandê, Guaxindiba, Jardim Catarina, Laranjal, Raul Veiga, Santa Luzia, Trindade e Vila Três (nota do autor). Para mais detalhes, ver Braga (1998, p.75-87).

PASSADO E PRESENTE: TRANSFORMAÇÃO DE USOS NO CENTRO DE ALCÂNTARA

A praça Carlos Gianelli e a consolidação simbólica de uma centralidade

Diante desse cenário, um breve resgate das dinâmicas que tomavam a praça Carlos Gianelli como palco se faz essencial à compreensão do seu papel na formação da identidade do embrionário núcleo urbano de Alcântara. O processo de transição de um núcleo rural a urbano foi contribuído fortemente pelas instalações de infraestrutura ferroviária e do ramal de bondes, as quais trouxeram consigo a necessidade de infraestrutura e novas dinâmicas de urbanidade especialmente a partir de meados do século XX. Nesse período, o relato de Clarival Vilaça¹⁵ retrata um pouco da ambiência e da estética da paisagem da praça Carlos Gianelli e do centro de Alcântara de forma bucólica (Figura 14):

Alcântara é um Distrito do Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1954 era servido por bondes e ônibus, já velhos na época, e em pequeno número. Havia também os lotações, que seriam a Vans de hoje, com características parecidas. **O centro do bairro era apenas uma praça de chão de terra batida, formato circular em razão do trajeto que os bondes faziam e circundada por umas poucas edificações, em geral, quitandas, bares e pequenos armazéns.** O que não se encontrava nas quitandas? Uva, melão, pêsego, morango, kiwi, acerola, maçã, pera, entre tantos outros produtos que hoje em dia são fartos nos supermercados. Isso porque todos os produtos eram de cultivo local ou próximo. Por isso, as hortaliças eram fartas. Qualquer pequeno quintal as cultivava. [...] (VILAÇA, 2011, grifo nosso)



Figura 14: Manifestações socioculturais na praça Carlos Gianelli em um núcleo urbano embrionário
Fonte: <<http://memoriasipalcantara.blogspot.com/2011/09/alcantara-antigo-recordacoes.html>>

A praça Carlos Gianelli fazia parte de um núcleo latente, abrigava a estação de um importante ramal de bondes, absorvia os grandes fluxos de pedestres, comerciantes e veículos no seu entorno, promovia a amplitude do espaço ao ofertar um lugar de respiro em meio à paisagem em densificação e, dessa maneira, se constituía num importante ponto

¹⁵ Clarival Vilaça é professor, escritor, nascido em Santo Antônio de Pádua no norte do estado do Rio de Janeiro e morador de Alcântara desde 1954.

nodal de Alcântara. Aliado a isso, a construção da Igreja São Pedro de Alcântara em uma área adjacente à praça na década de 1950 engendrou a consolidação simbólica do lugar como um marco à população. A praça, portanto, se configurou como um local de agitada vida urbana por muitas décadas (Figura 15):

No meio da praça durante o dia, era possível encontrar alguns fotógrafos com seus tradicionais “lambe-lambe”, o vendedor de loteria, idosos que paravam para aproveitar a sombra das amendoeiras, sempre um mendigo ou “louco” de plantão, meninos com suas caixas de engraxate ou de picolé e um “bíblia” trajando terno com gravata e portando um “megafone”. À noite circulavam as carrocinhas de pipoca e algodão doce, casais e famílias que passavam para o cinema na Rua Alfredo Backer, para o parque de diversões na Rua Iolanda Saad Abuzaid, assistir novela na praça ou simplesmente ver o chafariz iluminado. Esse sempre foi o local da exposição, da mensagem, do comércio, da distração, da contemplação, do descanso e da passagem (TAVARES, 2013, p.74).

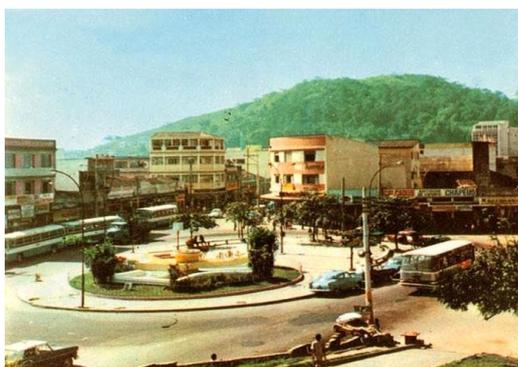


Figura 15: A praça Carlos Gianelli e seu grande chafariz no centro urbano de Alcântara
Fonte: Autor desconhecido - Acervo MEMOR, Década de 1970

A praça enquanto espaço público se configurou como o lócus de uma multiplicidade de eventos, relações e dinâmicas que tomaram forma naquele espaço. Um rico arranjo de relações sociais, manifestações políticas, expressões culturais e atividades econômicas compunham o valor simbólico daquela paisagem. Uma profusão de fluxos efervescentes tomava forma naquele lugar, do mesmo modo que a imagem da visada à igreja já havia sido consolidada no campo imagético da população no processo cognitivo da legibilidade do espaço (Figura 16).



Figura 16: A sociabilidade nos espaços da praça compunha a ambiência acolhedora do centro de bairro
Fonte: <<http://memoriasipalcantara.blogspot.com/2011/04/cultos-na-praca.html>>

Todavia, na conjuntura contemporânea a negligência do Estado permitiu que aquele espaço público central e de grande visibilidade sofresse um intenso processo de sucateamento com o abandono de investimentos públicos e ausência de manutenção. Em consequência, a praça Carlos Gianelli tornou-se associada a uma imagem de deterioração, insegurança pública e obsolescência espacial, de modo que houvesse margem para as dinâmicas capitalistas contemporâneas e os sujeitos interessados realizarem uma arbitrária reurbanização e ressignificação de uso daquele espaço.

As dinâmicas urbanas contemporâneas e a transformação espacial do centro urbano de Alcântara

No bojo do novo século, a tentativa de expansão capitalista aos territórios do Leste Fluminense emergiu a partir de um novo vetor de crescimento direcionado à cidade de Itaboraí - adjacente à cidade de São Gonçalo e a aproximadamente 18 km do centro comercial de Alcântara. Essa medida representou os interesses do Estado aliados aos do capital imobiliário por meio do lançamento do ambicioso projeto do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) no ano de 2006, numa tentativa de reativar a economia industrial no Leste Fluminense e por sua vez, condicionar a efervescência da dinâmica imobiliária na região.

Uma das promessas do legado da nova indústria petroquímica seria o aperfeiçoamento da mobilidade urbana entre os municípios de entorno através da implantação da “Linha 3 do Metrô”. Contudo, esse plano de mobilidade urbana assumiu em determinado momento um caráter estratégico a fim de proporcionar um melhor acesso a cidade de Itaboraí - intensamente reurbanizada pelas intervenções mercadológicas da dinâmica imobiliária - sob a ótica da expansão capitalista no Leste Fluminense.

Nessa circunstância, a previsão de uma estação de metrô no bairro Alcântara - em área atualmente ocupada pelo Hipermercado Assaí às margens do Rio Alcântara e adjacente à antiga praça Carlos Gianelli - traria consigo a intensificação do processo de valorização fundiária de um bairro de grande visibilidade e forte caráter comercial. Além disso, essa implantação possibilitaria um progresso na mobilidade urbana aos moradores dos bairros

polarizados ao núcleo de Alcântara, de modo que a relação de dependência funcional interbairros se tornaria ainda mais latente (Figura 17).



Figura 17: Estação Alcântara prevista na área do atual hipermercado Assaí ao lado da antiga praça Carlos Gianelli
Fonte: Divulgação/Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2010

Desde as décadas de 1960 e 1970 diversos estudos de expansão da malha metroviária da cidade do Rio de Janeiro para a região metropolitana foram desenvolvidos. Uma das novas linhas projetadas seria a linha 3 que previa a conexão intermunicipal entre São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro, integrando-se à “estação Carioca” no Centro do núcleo da metrópole. Nesse aspecto, Alcântara e Neves, duas das centralidades de grande importância na escala municipal de São Gonçalo, já contavam com a previsão de estações metroviárias em estudos de 1976 (Figura 18).

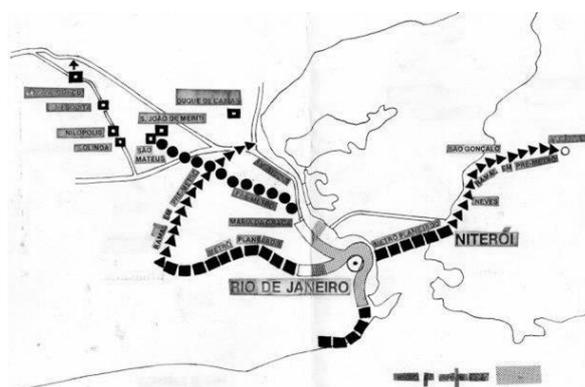


Figura 18: Estudo de expansão das linhas do metrô à parte da RMRJ em 1976. Destaque à estação final prevista em Alcântara no município de São Gonçalo no canto superior direito
Fonte: (MARCOLINI, 2014)¹⁶

Todavia, ao longo de diversas administrações políticas, o projeto da “Linha 3 do Metrô” sofreu uma redução em seu nível de conectividade intermunicipal e retornou à pauta das esferas públicas na última década conectando apenas São Gonçalo a Niterói com possibilidade de expansão posterior a Itaboraí. Sua futura implantação adquiriu um forte caráter político para alavancar o COMPERJ, valorizar o novo centro de Itaboraí dominado pela dinâmica imobiliária e, por conseguinte, atrair novos empreendimentos do mercado

¹⁶ MARCOLINI, Barbara. Projeto de 1968 que nunca saiu do papel, metrô até São Gonçalo ainda é um sonho. *O Globo*. 29 nov. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/projeto-de-1968-que-nunca-saiu-do-papel-metro-ate-sao-goncalo-ainda-um-sonho-14691589>> Acesso em: 8 jul. 2018.

imobiliário em outros municípios do Leste Fluminense, especialmente em São Gonçalo (Figura 19).



Figura 19: Novo projeto de expansão da Linha 3 do metrô que segue boa parte do antigo traçado da Estrada de Ferro Leopoldina conectando Niterói, São Gonçalo e Itaboraí
Fonte: O Dia, 2014¹⁷

A partir dessa ótica mercadológica, de acordo com Santos et al. (2014, p.09-10), o anúncio da instalação do COMPERJ em localidade próxima a São Gonçalo contribuiu significativamente para a atuação do mercado imobiliário no município. O lançamento de novos empreendimentos - principalmente no Centro e nos arrabaldes de Alcântara - aumentou consideravelmente na tentativa de alavancar um desenvolvimento econômico similar a outras “cidades do petróleo” do interior do estado e, dessa maneira, inserir a cidade cada vez mais na economia globalizada (Figura 20).



Figura 20: O empreendimento Condomínio Parque das Águas concluído em 2011 na área com grande fragilidade ambiental explorada pela antiga pedreira Yamagata na Estrada dos Menezes - arrabaldes do centro urbano de Alcântara.
Fonte: <<http://www.dominus.com.br/parque-das-guas-residencial>>

As especulações do possível sucesso do COMPERJ e da expansão urbana em Itaboraí começaram a fracassar perante as crises econômicas enfrentadas pelo Estado durante as obras do polo petroquímico. Diante do caos instaurado, a expectativa de “elitização” do centro de Itaboraí desmoronou junto aos altos investimentos do mercado imobiliário na região, restando apenas um centro repleto de vestígios do processo de gentrificação iniciado.

¹⁷ NITERÓI emplaca metrô no PAC da mobilidade. *O Dia*. 6 set. 2013. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-06/niteroi-emplaca-metro-no-pac-da-mobilidade.html>> Acesso em: 8 jul. 2018.

À medida que o fracasso do novo polo petroquímico se solidificava, o projeto da “Linha 3 do Metrô” se tornava paulatinamente alvo das negligências políticas do Estado. Diversas oscilações ainda deixam incerto se a linha metroviária será substituída por uma linha BRT, ou mesmo, se algum dia se concretizará¹⁸. Nessa perspectiva, as obras do COMPERJ e da Linha 3 seguem estagnadas e diante de uma situação ainda mais delicada devido à conjuntura político-econômica enfrentada pelo Estado ao fim desta década.

Entretanto, naquele quadro de expectativas de valorização, as estratégias mercadológicas arraigadas num processo de valorização fundiária condicionaram a atratividade do mercado imobiliário no cenário gonçalense. Mesmo em meio a um processo judicial conturbado¹⁹, a praça Carlos Gianelli - em grave estado de deterioração - sofreu um processo de desafetação e teve seu uso concedido à iniciativa privada para a construção de um *shopping center*, o Shopping Pátio Alcântara, e um pequeno terminal rodoviário no pavimento térreo a partir do ano de 2010.

¹⁸ GOVERNO estuda trocar metrô por BRT na ligação entre Niterói e São Gonçalo. *Extra*. Rio de Janeiro, 19 fev. 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/governo-estuda-trocar-metro-por-brt-na-ligacao-entre-niteroi-sao-goncalo-15383044.html>> Acesso em: 8 jul. 2018.

GOVERNO desiste de BRT e confirma linha 3 do metrô entre Niterói e São Gonçalo. *Veja Rio*. Rio de Janeiro, 5 dez. 2016. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidades/governo-desiste-de-brt-e-confirma-linha-3-do-metro-entre-niteroi-e-sao-goncalo/>> Acesso em: 8 jul. 2018.

LINHA 3 do metrô começa a sair do papel. *O Dia*. Rio de Janeiro, 21 jun. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/observatorio/2014-06-22/linha-3-do-metro-comeca-a-sair-do-papel.html> Acesso em: 8 jul. 2018.

LINHA 3 do metrô: obras devem começar em janeiro de 2013. *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 abr. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/linha-3-do-metro-obras-devem-comecar-em-janeiro-de-2013-4733390>> Acesso em: 8 jul 2018.

¹⁹ AÇÃO de ordem pública chega no Pátio Alcântara. *Prefeitura Municipal de São Gonçalo*. São Gonçalo, 2 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.pmsg.rj.gov.br/noticiaCompleta.php?cod=3896&tipoNoticia=Obras>> Acesso em: 13 jul. 2018.

AÇÃO do MP questiona privatização da praça Gianelli em São Gonçalo. *JusBrasil*. Rio de Janeiro, 2 mai. 2011. Disponível em: <<https://mp-rj.jusbrasil.com.br/noticias/2668294/acao-do-mp-questiona-privatizacao-da-praca-gianelli-em-sao-goncalo>> Acesso em: 25 jun. 2018.

CAMPAGNANI, Mario. Uma praça cercada de polêmica em Alcântara. *Extra*. Rio de Janeiro, 19 mai. 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/uma-praca-cercada-de-polemica-em-alcantara-1843154.html>> Acesso em: 27 jun. 2018.

JUSTIÇA defere liminar para que praça continue a ser usada pela população. *Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 16 mai. 2011. Disponível em: <<http://amaerj.org.br/noticias/justica-defere-liminar-para-que-praca-continue-a-ser-usada-pela-populacao/>> Acesso em: 25 jun. 2018.

ROSA, Vagner. O polêmico Shopping Pátio Alcântara é inaugurado. *Blog Território Gonçalense*. São Gonçalo, 1 nov. 2013. Disponível em: <<https://territoriogoncalenseprovisorio.wordpress.com/2013/11/02/o-polemico-shopping-patio-alcantara-e-inaugurado-em-sao-goncalo/>> Acesso em: 25 jun. 2018.



PÁTIO ALCÂNTARA

Um Shopping integrado a um moderno terminal rodoviário com lazer, centro de consumo e serviços, junto ao calçadão do Alcântara, o principal comércio de rua da cidade. São 300 mil consumidores chegando e saindo do ponto do shopping. O bairro mais desenvolvido e vigoroso de São Gonçalo, segundo município mais populoso do Rio de Janeiro, Alcântara está a apenas 15 minutos de Niterói e bem próximo de Itaboraí, sede do COMPERJ – Polo Petroquímico do estado. No coração do calçadão do Alcântara, principal polo comercial da região, o Pátio Alcântara tem ao seu redor mais de 1 milhão de consumidores, com dezenas de linhas de ônibus que trazem e levam moradores de todos os bairros.

Figura 21: Slogan de divulgação do Shopping Pátio Alcântara²⁰
Fonte: <<http://www.dominus.com.br/shopping-ptio-alcntara>>

As obras foram concluídas em novembro de 2013, mas mesmo antes disso, as estratégias de divulgação do empreendimento se calcavam na sua proximidade com o novo polo do COMPERJ em Itaboraí e nas amenidades urbanas oferecidas pelo centro consolidado de Alcântara (Figura 21). Esse fato ratifica a intensificação das dinâmicas mercadológicas naquele núcleo de grande visibilidade e potencialmente atrativo à reprodução do capital em função da atuação dos interesses dos agentes na reconfiguração de uso do espaço da praça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas sociais, os aspectos simbólicos da memória urbana e a justaposição de tempos no espaço podem ser considerados como parte da história urbana das cidades. Os longos processos históricos de transformação do espaço caracterizam o processo evolutivo de sua constante reconstrução. A história urbana, dessa forma, não pode ser dissociada da história social tendo em vista que a evolução da sociedade e suas ideologias moldam a estrutura urbana e suas novas funções ao longo do tempo. Assim, as ideologias capitalistas e a atuação dos agentes sociais impõem novas transformações espaciais sob a lógica da obsolescência e desativação de usos dos espaços na contemporaneidade.

A atuação do Estado enquanto agente interlocutor e regulador do espaço é decisiva na produção física da cidade e em seus aspectos abstratos no campo do urbano. Na contemporaneidade, diante das práticas neoliberais sua atuação tem sido cada vez mais vinculada aos interesses dos sujeitos dominantes no processo de acumulação capitalista.

Diante de um grande projeto de impacto inter-regional, o COMPERJ, as dinâmicas neoliberais instigaram a dinâmica imobiliária em São Gonçalo e imprimiram cicatrizes na memória física da cidade e na memória simbólica do urbano. O consolidado destaque político-econômico do bairro Alcântara, sua visibilidade inter-regional e sua localização geográfica foram fatores decisivos à atração dos investimentos mercadológicos dos agentes interessados. A subtração da praça Carlos Gianelli da vida pública da população gonçalense e

²⁰ Ainda, vale uma observação à imagem de divulgação do empreendimento Shopping Pátio Alcântara que não é compatível com a realidade do lugar, uma vez que desconsidera arbitrariamente as edificações existentes do entorno da antiga praça e mascara todo o “estrangulamento” causado pelo *shopping* àquela ambiência (nota do autor).

sua alteração de uso em prol das práticas capitalistas contemporâneas são reflexo da constante disputa entre os agentes sociais pelo poder da/na produção do espaço urbano.

Esse fato, assim sendo, marca uma tentativa da ascensão do mercado imobiliário na cidade e de uma possível reestruturação econômica de São Gonçalo nos moldes da economia globalizada. Outrossim, acentua as disparidades sociais na produção do espaço, ofusca a memória e os aspectos culturais dos lugares urbanos e elucida os novos princípios capitalistas no processo de constante transformação das cidades na vida contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ARAUJO, Victor Leonardo de; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da Manchester Fluminense. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 4, 65-87, 2014.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo e sua história*. São Gonçalo: Falcão, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. (41-51). In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

DAMASCO, Fernando Souza. *Relações rios/cidade na produção e organização do espaço: perspectiva integrada para o Ordenamento Urbano-Ambiental do rio Alcântara-RJ*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Notas para uma história ambiental de São Gonçalo: o processo de ocupação do território gonçalense. (21-40). In: SANTOS, Marcelo Guerra. *Estudos ambientais em regiões metropolitanas: São Gonçalo*. São Gonçalo: EDUERJ, 2012.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.16, n.3, 291-313, 1954.

GEIGER, Pedro Pinchas et al. Urbanização e industrialização na orla Oriental da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.4, n.18, 47-74, 1956.

GONÇALVES, Thiago Giliberti Bersot. *Periferias segregadas, segregação nas periferias: por uma análise das desigualdades intraurbanas no município de São Gonçalo-RJ*. Dissertação

- (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*. São Paulo, v. 16, n. 39, 48-64, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: el derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- _____. *Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.
- LYNCH, Kevin. *The image of the city*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: história, estatística, geografia*. São Gonçalo: IBGE, 1940.
- ROSA, Daniel Pereira. Consensos e dissensos sobre a cidade-dormitório: São Gonçalo-RJ, permanências e avanços na condição periférica. *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 273-288, 2017.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris: J. P. Aillaud, 1845.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. *Projeto*, n. 86, 59-63, 1984.
- SANTOS, Diogo Chaves Leiras dos; ALENCAR, Diogo Schott Heizer; CALVOSA, Hebert Guimarães; CAMPOS, Adrelino. A pseudo-modernização do espaço urbano gonçalense: uma análise de novos empreendimentos imobiliários do 1º Distrito de São Gonçalo. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória (ES). *Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – CBG*, 2014.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SÃO GONÇALO (Município). *Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de São Gonçalo: Etapa 2 – Relatório Parcial de Riscos de Inundação*. São Gonçalo, 2006.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Salvador Mata e; MOLINA, Evadyr. *São Gonçalo no Século XVI*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

_____. *São Gonçalo no Século XVII*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

_____. *São Gonçalo no Século XVIII*. Niterói: Muiraquitã, 1998.

TAVARES, Valentim Fernandes Veloso. *Paisagens do despertencimento: o caso da praça Carlos Gianelli no centro urbano de Alcântara, São Gonçalo-RJ*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

VILAÇA, Clarival. "Alcântara Antigo - Recordações". *Blog Nossas Memórias - Igreja Presbiteriana de Alcântara - Secretaria de História*. São Gonçalo, 17 set. 2011. Disponível em: <http://memoriaspalcantara.blogspot.com/2011/09/alcantara-antigo-recordacoes.html>> Acesso em: 12 set. 2018.